

## ESTÁGIO SUPERVISIONADO: CONTROVÉRSIAS E PERSPECTIVAS

**Christian Frederico da Cunha Bundt**

Administrador

Professor e Diretor Institucional da FAMEC

Vice-presidente da Associação Comercial, Industrial,  
Agrícola e de Prestação de Serviço de São José dos Pinhais – ACIAP  
Provedor do Hospital e Maternidade de São José dos Pinhais

[bundt@famec.com.br](mailto:bundt@famec.com.br)

O estágio supervisionado curricular e extracurricular é prática em diversas escolas e cursos. Movimenta organizações públicas e privadas, de fins lucrativos e não lucrativos. Para muitos estudantes é a única fonte de renda. Às vezes é a única fonte de renda da família do estudante. Para muitas empresas, o estagiário é considerado mão-de-obra boa e barata. Noutras, é encarado como um aprendiz e um futuro colaborador bem-treinado.

Aos olhos da lei, a atividade de estágio proporciona oportunidade de treinamento, com funções bem-definidas e sempre sob supervisão da escola e da empresa. Nesta perspectiva, o estagiário não é diretamente responsável por suas decisões ou pelas conseqüências de seus atos na empresa, pois não pode desempenhar funções de risco ou que possam desencadear processos estratégicos na organização onde aprende. Além disso, algumas práticas são proibidas na atividade de estágio, como vendas, serviços de cobrança e assemelhados. Se estas atividades forem realizadas pelo estagiário, este pode pleitear, na justiça do trabalho, os mesmos direitos e remuneração do trabalhador convencional.

É necessário se ter em mente que estágio não é trabalho e não deve ser visto como oportunidade de trabalho, somente de aprendizado. Tanto é assim que muitas empresas cobram das escolas ou de estagiários para ‘oportunizar’ vagas de estágio. Não é prática comum, mas para estagiar em algumas empresas tidas como modelo, o estagiário ou a escola precisam pagar. E normalmente não é pouco dinheiro.

Por outro lado, algumas empresas vêem o estagiário como um “profissional” relativamente qualificado, de custo baixo, pois normalmente sua remuneração é menor que a de mercado para a função que desempenha, e sobre o seu salário e dispensa não incidem encargos sociais ou impostos. Como, no Brasil, a carga de contribuições sobre o salário de trabalhadores formais é exagerada, isto colabora para a situação de “preferência” pelos estagiários.

Na mesma perspectiva das empresas — a econômica/financeira — só que no sentido inverso, criou-se uma legião de estudantes profissionais, que se utilizam da escola para conseguir estágios. Muitos alunos ou alunas matriculam-se em carga mínima, somente para a comprovação de vínculo com a escola, com a finalidade de conseguirem um estágio a fim de garantirem seu sustento pessoal e/ou da família. Esses alunos acabam, muitas vezes, por nem freqüentar a escola ou conseguir o aproveitamento para serem aprovados.

Apesar de muitas vezes parecer justo e necessário, tanto para as empresas quanto para os estudantes, não é correto este tratamento dado ao processo de estágio. As escolas e organizações intervenientes de estágios (como o CIEE, o IEL, entre outras) precisam criar mecanismos para coibir este tipo de utilização.

Está em discussão a nova legislação sobre estágio, que cria alguns limites e garantias para os estagiários, e também estabelece algumas poucas punições para quem faz má utilização da prática de estágio. Mas ela ainda não institucionalizou os mecanismos para o efetivo controle. Infelizmente nenhuma lei vai conseguir essa façanha. Somente as escolas podem fazer isto mudar, pois são o cerne do processo de estágio. A elas cabe o papel legal de manter os estagiários e supervisionar a atividade.

Outro ponto controverso é a supervisão do estágio. Na grande maioria das vezes, apesar de contra a lei, o estágio não é supervisionado adequadamente. Sequer é registrado conforme a lei. A supervisão cabe à escola e aos seus professores. Só que a carga horária necessária para os professores realizarem esta supervisão acaba por ser demais e custar demais à escola, inviabilizando a prática adequada de tal supervisão. Por isso ela não acontece como deveria. O correto seria a escola aceitar tantos alunos em estágio quanto pudesse garantir a supervisão. Entretanto, isto acabaria por criar uma situação de desespero em muitos estudantes, pois estes vêm no estágio uma oportunidade de renda e de crescimento pessoal. Seria justo negar tal “direito”? Além do mais, as escolas, públicas ou particulares, não são punidas por esta falta de acompanhamento dos estágios, com a qual as organizações intervenientes, os estagiários e as empresas são coniventes, pois todos se beneficiam. Lembra-se que a situação é temporária, passageira, pois o estágio tem limite de tempo para sua duração. Então é um paliativo e como tal não é a solução final.

Esta é a realidade do estágio e da prática errada do estágio, hoje, difícil de se reverter.

No arcabouço da vida das escolas e estudantes está algo mais amplo: a economia. De fato esta distorção na prática do estágio é causada pela falta de oportunidades formais de

---

trabalho e da carga excessiva e insana de contribuições que pesam sobre o trabalho formal. Aliada à falta de ética dos dirigentes das escolas, empresas, organizações intervenientes de estágios e dos estudantes, esta é a causa do abuso que esta nobre atividade sofre.

Existem várias maneiras de se alterar esta situação para a correta. Muitas poderiam ser as saídas, como isenção de impostos para escolas que de fato proporcionem a supervisão aos estágios, punição severa aos envolvidos na situação errada, entre outras. Existe também uma solução simples, porém de complexa aplicação, que é o cumprimento do procedimento correto, ético e justo do processo de estágio previsto em lei.

Apesar de conhecer a maneira correta, por que será que a maneira incorreta é a mais praticada? Seria necessária muita revisão bibliográfica e digressões a caminho da psicologia e psicanálise para que se chegue a uma explicação racional para o fato de ser preferido o ato ilícito. E não é isso que se pretende neste texto. Importante é verificar que existem mecanismos de controle e eles não tardarão a chegar e com eles as punições para os envolvidos.

É fundamental que as escolas conscientizem seus alunos e professores a respeito do assunto, liderando o processo de ajustamento da prática do estágio, talvez até por sua vocação de educação. Professores devem incentivar seus alunos a não aceitarem estágios com atividades não relacionadas a sua área de estudo, mas buscar valorizar a si mesmos e ao próprio curso. Concomitante à conscientização, as escolas devem praticar a supervisão de maneira correta, não permitindo os estágios espúrios e direcionando o aprendizado para a prática da ética acima de qualquer fator econômico.